

Bancos externos fazem pressão

26 NOV 1985

por Celso Pinto
de São Paulo

CAZETA MERCANTIL

A pressão dos bancos internacionais para que o governo brasileiro honre os empréstimos externos contratados pelos bancos Comind, Auxiliar e Maissonave, mesmo os que não têm aval oficial, tem chegado ao mercado interbancário de Nova York.

Uma alta fonte da área econômica do governo confirmou a este jornal que tem havido movimentação nas linhas interbancárias que alimentam as agências de bancos brasileiros, correspondentes ao "projeto 4" da negociação externa.

Esta movimentação tem partido especialmente de bancos de pequeno e médio porte, mas a fonte governamental diz suspeitar existir "mão de gato" dos grandes bancos nesta operação.

Em outros termos, os maiores bancos, amarrados por compromissos mais complexos com o Brasil, têm evitado tomar a iniciativa de uma pressão direta, mas estariam estimulando, por trás dos bastidores, os bancos menores a fazê-lo.

Uma fonte ligada à direção de um banco brasileiro que opera associado a um grande banco norte-americano disse estar havendo redução no valor dos recursos do "projeto 4". O

(Continua na página 19)

Bancos externos fazem pressão

por Celso Pinto
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

alto funcionário de Brasília afirma não dispor do resultado líquido desta movimentação. Nos Estados Unidos, o correspondente Paulo Sotero ouviu de fontes do mercado novaiorquino a informação de que três bancos da costa oeste teriam abandonado suas posições no "projeto 4", abrindo um rombo superior a US\$ 100 milhões.

Pode haver algum exagero em certas informações. Um destes três bancos da costa oeste — exatamente o de maior porte — teria, ainda ontem, conforme informações da fonte governamental, fechado um empréstimo de US\$ 4 milhões com um grande banco brasileiro. Este mesmo grande banco brasileiro, aliás, teria perdido mais de US\$ 10 milhões em linhas interbancárias, mas recontratado um total muitas vezes superior a este em outras linhas.

A pressão, de todo modo, tem existido. Os bancos reclamam apoiados num argumento central: o de que o governo brasileiro jamais deixou de honrar compromissos externos.

Brasília, de sua parte, tem respondido com a lei: o que está em disputa são empréstimos feitos diretamente, sem aval oficial, pelos bancos internacionais aos bancos brasileiros liquidados. Realmente a centralização da negociação externa tem criado comportamentos que fogem às regras de mercado, mas não é este o caso.

POSSIBILIDADE ABERTA

Na verdade, a parcela dos empréstimos embutida na negociação global da dívida, como no caso das linhas interbancárias, será honrada pelo governo. Ao serem induzidos a manter seus créditos de longo prazo ao Brasil, os bancos estrangeiros não foram obrigados, contudo, a emprestar especificamente para um tomador final. Se quisessem, poderiam ter mantido seus empréstimos apenas junto ao Banco Central. Se resolveram repassar estas linhas ao Comind ou ao Auxiliar, assumiram um risco — e perderam.

Apesar de ser esta a es-

trita interpretação legal, o presidente do BC, Fernão Bracher, acabou deixando uma fresta entreaberta, ao sugerir que o Conselho Monetário Nacional poderia até rever esta questão, desde que houvesse alguma compensação.

Os bancos, como é natural, ainda estão procurando mudar a atitude do governo brasileiro sem oferecer nada em troca. Brasília, contudo, entende que só poderá discutir a questão se os bancos quiserem dialogar e não impor.

Os dois lados têm bem claro a que limites poderá levar esta disputa. Os bancos podem desestabilizar as linhas de curto prazo e forçar uma redução nas reservas brasileiras. No dia 15 de outubro, conforme dados oficiais do BC, o "projeto 4" contava com US\$ 5,492 bilhões e o "projeto 3" (linhas comerciais de curto prazo), com outros US\$ 9,491 bilhões — um total pouco inferior a US\$ 15 bilhões. Como se calcula que os pequenos e médios bancos respondam por cerca de 15% do total destas linhas, mesmo se a retirada se limitasse apenas a eles, já haveria um estrago considerável.

LIMITES CLAROS

Do lado brasileiro, também o limite é absolutamente claro. Se houver, de fato, uma retirada expressiva nas linhas de curto prazo e isto ameaçar o nível das reservas, o governo centralizará o câmbio, isto é, passará a impor uma "fila" para pagar aos credores externos. Isto já foi feito no passado, em 1983, quando o País perdeu suas reservas.

A ameaça da centralização do câmbio não é nova, nem limitada a este episódio. Antes mesmo da posse da Nova República, o governo havia estabelecido esta fronteira: a negociação, na área externa, iria até o limite da perda de reservas. Em nenhuma hipótese o País aceitaria voltar passivamente à situação de penúria vivida logo depois da crise cambial de 1982.

Espera-se, é claro, que a disputa em torno dos US\$ 400 milhões emprestados ao Comind, Auxiliar e Maissonave, sem aval oficial, não chegue a tais extremos.